



Nilo Trigueiro Dantas

ADVOCACIA

PROCURAÇÃO PARA O FORO EM GERAL

16
C

O (a) Outorgante Francisco de Assis da Silva
brasileiro (a), viúvo, apontado, portador(a) do RG nº.
2.375.604 expedido por SSP/PB em 22/10/1996 e do CPF nº.
014.420.974-85 residente na(o) Rua Bela Vista
Picuí - PB, município de

pelo presente instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procuradores e advogados os Bels. NILO TRIGUEIRO DANTAS – OAB/PB 13.220 e DUANIELLYESON MONTEIRO NOBREGA – OAB/PB 17068, brasileiro, solteiro, advogado, com endereço profissional na Klick Consultoria, Assessoria e Serviços LTDA, localizada na Avenida Getúlio Vargas, nº 75, Centro, Picuí-PB, fone (0**83) 3371-2274, ao qual confere poderes para o foro em geral, nos termos do art.38, inclusive parte final do código de Processo Civil, podendo confessar, transigir, desistir, receber e dar quitações, firmar compromissos, prestar primeiras e últimas declarações, acompanhá-lo(a) em todos os seus termos, impugnar créditos ou concordar com os mesmos, representá-lo(a) perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartições públicas, federais, estaduais, municipais, conjunto ou separadamente, bem como substabelecer com ou sem reservas de poderes.

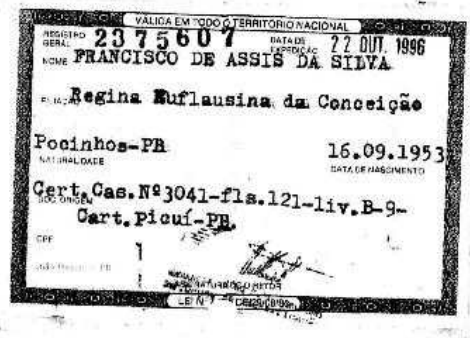
Picuí-PB, 10 de Dezembro de 2016.

x Francisco de Assis da Silva
Outorgante

Av. Getúlio Vargas, 75, Centro
Picuí - PB
CEP. 58.187.000
E-mail: nilotdantasadv@yahoo.com.br
nilotdantas@hotmail.com
(83) 3371 2274 / 9912 5490 / 9104 919



50



BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda via de conta original.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal/conta de energia elétrica: Nº 000.771.396



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ 09.095.183 / 0001-40 Insc.Est. 16.015.823-0

DADOS DO CLIENTE
RITA GOMES DA SILVA RUA BELA VISTA 209 PICUI

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR
5/502445-0

REFERÊNCIA
MAI/2015

APRESENTAÇÃO
19/05/2015

VENCIMENTO
26/05/2015

TOTAL A PAGAR
R\$ 85,42

Acesse: www.energisa.com.br

ENERGISA Luz, Irradiação, Realização		
VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	MATRÍCULA
26/05/2015	R\$ 85,42	502445-2015-05-5

RITA GOMES DA SILVA

Rotelro: 11-080-530-4320

83630000000-4 85420054000-3 05024452015-6 05500800019-6



Assinado eletronicamente por: LILIANA DA COSTA SILVA - 24/09/2019 07:51:51

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19092407561100000000023885292>

Número do documento: 19092407561100000000023885292

19
C

DECLARAÇÃO
(Lei 7.115)

Eu, Francisco de Assis da Silva
brasileiro(a), viúvo, Apresentado, portador do
RG nº 2.375.607 expedido por SSP / PB e do CPF nº
014.420.974-85 residente na(o)
Rua Bela Vista município
de Picuí - PB DECLARO, nos precisos termos do art. 1º da lei nº 7.115
de 29 de março de 1983 (lei da desburocratização), para o fim de dispensa de custas
processuais, **QUE SOU POBRE NA FORMA DA LEI**, cuja situação econômica não me
permite pagar custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do sustento
próprio ou da família, **BEM COMO QUE RESIDO NO ENDERECO ACIMA**
ENUNCIADO.

Declarando ainda, ser conhecedor (a) das sanções civis, administrativas e
criminais a que estarei sujeito, caso o quanto aqui declarei não porte estritamente a verdade.

Picuí - PB, 10 de Novembro de 2014.

Francisco de Assis da Silva
DECLARANTE
(A rogo se não souber ler nem escrever)

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983
DOU 30/8/1983

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. 2º Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. 3º A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162ª da Independência e 95ª da República.

JOÃO FIGUEIREDO

Ibrahim Abi-Ackel / Hélio Beltrão



C E R T I D ã O

Nr.Cont.: 073/2014

CERTIFICO, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 002/2014, o Registro n.º 071/2014, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: Aos 18 dias do mês de Novembro do ano de 2014, Nesta cidade de Picuí, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, presente a Autoridade Policial o (a) Bel. José Edson de Vasconcelos, Delegado de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 15:h.30:min. compareceu: **FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA**, brasileiro, viúvo, aposentado, natural de Pocinhos/PB, nascido aos 16/09/1953, filho(a) de Regina Euflausina da Conceição, residente no Sítio Minador, zona rural de Picuí/PB, RG nº 2.375.607-SSP-PB e CPF nº 014.420.974-85; **CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE** no dia 03 de Novembro de 2014, por volta das 10:00 horas, deslocava-se do Bairro São José para o Bairro Limeira, Picuí/PB, pilotando a moto marca Honda CG 125, placa MNJ-4704-PB, chassi nº CG125BR2149462, ano/modelo 1985, cor VERMELHA, licenciado em nome de Mariza Soares da Silva; Que nas proximidades do Bairro São José, Picuí/PB, momento em que o comunicante vinha conduzindo sua motocicleta perdeu o controle e caiu caindo ao solo, sendo socorrido pela testemunha Michel Moreira Ramos, para o Hospital Regional de Picuí onde foi atendido; Que as testemunhas abaixo assinadas estiveram no local e presenciaram o fato; Que em virtude do acidente automobilístico o comunicante fraturou a Clavicula, conforme laudos apresentados na delegacia de policia civil local; Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fé.

Picuí/PB, 18 de Novembro de 2014.

Francisco de Assis da Silva

COMUNICANTE:

Michel Moreira Ramos

MICHEL MOREIRA RAMOS

TESTEMUNHA 1 CPF N.º 102.444.654-95, Residente na rua Av. Castelo Branco, nº S/nº, centro, Picuí/PB

Adelson G. de Oliveira

ADEILSON GOMES DE OLIVEIRA

TESTEMUNHA 2 CPF nº 007.500.644-80, Residente na rua Jorge Mendonça, 283, centro, Picuí/PB.


Carlos M. Santos
Escrivão

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DETRAN - PB Nº 4553250909
PRT - 20000200000776-0

CERTIFICADO DE REGISTRO DE VEÍCULO

VIA 1	COD. RENAVAM 179566547	RTB 0000000000
NOME/ENDEREÇO MARIZA SOARES DA SILVA R SAO MANOEL 51B - J 58200000 GUARABIRA - PB		
CPF/CGC 69044473468	PLACA MNJ4704/PB	
NOME ANTERIOR GILBERTO SOARES DA SILVA		

PLACA ANT/UF MNJ4704 PB	CHASSI CB125BR2149462
ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLO/	COMBUSTIVEL GASOLINA
MARCA/MODELO HONDA/CG 125	ANO FAB. ANO MOD. 1985 1985
CAP/POT/CIL 2 P/125 /CI	CATEGORIA PARTIC
COR PREDOMINANTE VERMELHA	

OBSERVAÇÕES SEM RESERVA DE DOMINIO

GUARABIRA 203376	DATA 24/05/2000
MARCILIANO D. LEITE COORD. REG. TRANS. D.J.V. 240691	

21
C





GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI – “Felipe Tiago Gomes”

DECLARAÇÃO

Declaro para fins previdenciário junto a, Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, que o (a) Sr(a): **Francisco de Assis da Silva, RG:2375607**, nascido(a) em: **16/09/1953**, **declarou ser: Aposentado, Residente no Sítio Minador, Município de Picuí -PB.** Com entrada nesta unidade hospitalar na data: **03/11/2014** para Tratamento Conservador **CID-10: S42.0.** A 2ª Via deste documento encontra-se no SAME (Setor de Arquivo Médico) a disposição do INSS.

Picuí - PB, 03 de novembro de 2014.

Dr. Carlos Cândido Filho
Ortopedista-Cirurgião do Joelho
CRM-PB 6948 - TEOT 13125

Dr. Carlos Cândido Filho
Ortopedista-Cirurgião do Joelho
CRM – PB 6948 – TEOT 13125

Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15
Bairro: Monte Santo
Picuí – PB
CEP - 58.187-000
Fone/Fax - (83) 3371-2990
CNPJ - 03.515.174/0001-85 UTB-14009-00
hospitalregionaldepicui@gmail.com



SUS		ESTADO DA PARAÍB. SECRETARIA DE SAÚDE	
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL			
CÓDIGO DA UNIDADE:	2757710	CGC/CPF:	08.778.268.0001/80
NOME:	HOSPITAL REGIONAL DE PICUI		
END.:	RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA		
MUNICÍPIO:	PICUI	ESTADO:	PARAÍBA
UF:	25		
Nome:	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA		
Raça/Cor:	PARDA		
DI. Nasc:	16/09/1953	Idade:	61 ano(s)
mês(es) de idade		dia(s) de idade	
Sexo:	M		
Mãe:	REGINA EUFLASIANA DA CONCEIÇÃO		
Profissão:	APOSENTADO	Documento:	2375607
Endereço:	ST MINADOR	Nº:	0
Bairro:	ZONA RURAL		
Município/CEP/IBGE:	PICUI - PB - 58187000 - 251140		
Telefone para contato:	(83) 9646-0725	CNS:	160532082300000
Data e Hora:	03/11/2014 10:13:22	CADASTRO:	197312
PESO:	PA:	TEMP.:	
ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)			
<p><i>Queixa de dor no</i> <i>joelho 02 dias</i> <i>4 dias em dor no D.</i></p>			
EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)			
<p>Hospital Regional de Picui Atesto conforme o original.</p>			
RESULTADOS	Picui, 12/11/2014		
<p>Arquivo Médico</p>			
<p>Josevania Lima de Melo Aux. Administrativo</p>			
MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS			
1.			
2.			
3.			
4.			
CARÁTER DO ATENDIMENTO			
<input type="checkbox"/> 01 - ELETIVO <input type="checkbox"/> 02 - URGÊNCIA <input type="checkbox"/> 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA <input type="checkbox"/> 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO <input type="checkbox"/> 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS			
PROCEDIMENTO - descrição:			
<p>DIAGNÓSTICO:</p> <p><i>Fratura clavícula</i></p>			
CID-10:			
MEDICAÇÃO:		ENCAMINHAMENTO:	
<input type="checkbox"/> 1. PRESCRITA <input type="checkbox"/> 2. APLICADA		<input type="checkbox"/> OBSERVAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTRO HOSPITAL <input type="checkbox"/> RESIDÊNCIA <input type="checkbox"/> ÓBITO <input type="checkbox"/> INTERNAÇÃO <input type="checkbox"/> OUTROS	
SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:			
1.			
2.			
3.			
ASS. DO(S) PROFISSIONAL(IS) ASSISTENTE(S):			
CNS		CBO	CRM
ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL		OU POLEGAR DIREITO	
<p><i>Josevania Lima de Melo</i></p>		<p><i>Josevania Lima de Melo</i></p>	
ASS. DO REVISOR TÉCNICO		ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO	
CARIMBO		CARIMBO	

ACIONISTA: HRP



Assinado eletronicamente por: LILIANA DA COSTA SILVA - 24/09/2019 07:51:51

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1909240756110000000023885292

Número do documento: 1909240756110000000023885292

Num. 24676916 - Pág. 22



34
0

SINISTRO 3160190609 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO ARUANA

SEGUROS S/A

BENEFICIÁRIO FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

CPF/CNPJ: 01442097485

Posição em 19-09-2016 17:37:20

A documentação abaixo encontra-se pendente, devendo ser entregue no mesmo local em que a documentação inicial foi entregue.

Descrição	Tipo	Status	Nome
Declaração do Proprietário do Veículo	Vitima	Pendente	



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAIBA

COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

Tipo de distribuição: SORTEIO - 22/03/2017 10 horas 03 minutos

Processo: 0002861-69.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO ORDINARIO

SEGURO

Valor da causa : 3375,00

Serie : 08

Autor : FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA

Promotor: LEONARDO QUINTANS COUTINHO

DATA

Recebido nesta data em Cartório.

Picui, 17/04/17

Analista / Técnico Judiciário

CONCLUSÃO

Conclusão recebida em 17/04/17 de Direito.

Picui, 17/04/17

Analista Judiciário / Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI

26
2

DECISÃO

Vistos etc.,

O pedido de justiça gratuita não merece acolhimento, eis que a parte autora não comprova sua hipossuficiência financeira.

Com efeito, não há nos autos qualquer comprovação dos seus rendimentos, ou da sua qualificação profissional ou ainda que o autor é beneficiário de programa social de baixa renda.

Ademais, pela nova sistemática processual prevista no art. 98 do NCPC, deve o juízo ser criterioso no deferimento deste benefício, eis que há a possibilidade de **redução ou parcelamento das custas**, razão pela qual a concessão da gratuidade deve ficar reservada para aquelas partes que comprovam sua incapacidade de custear as despesas do processo.

Posto isto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a intimação da parte autora para em 5 dias recolher as custas, sob pena de cancelamento da distribuição.

Cumpra-se.

Picuí, 9 de agosto de 2017.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito


DATA
Recebido em 19/10/17
Análise / Técnico Judiciário



24/2

C E R T I D ã O


Certifico que nesta data **EXPEDI** a **NOTA DE FORO 177/2017**. Dou fé.
Picuí, 27 de outubro de 2017.



Iranilda Dantas
Técnica Judiciária

C E R T I D ã O

Certifico que nesta data foi **PUBLICADA** no Diário da Justiça a **NOTA DE FORO 177/2017**. Dou fé.
Picuí, 31 de outubro de 2017.



Iranilda Dantas
Técnica Judiciária



2018

2018

JUNTADA
Atribuição de valores a Retenção
que segue
Data 27 / 08 / 2018
CSP/SC/CMV
Escritura / Escritura





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

DATA
Recebido neste dia 14/08/18
Pelo 14/08/18
GABINETE
Marta / Sorocaba

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI-
PARAÍBA

Processo: 0002861-69.2016.815.0271

FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA, já devidamente qualificada, servindo-se do patrocínio profissional do Bel. Nilo Trigueiro Dantas, inscrito na OAB/PB sob o nº 13.220, nos autos desta Ação de Cobrança, processo em epígrafe, vem, respeitosamente, juntar o competente comprovante de renda, o qual testifica que o requerente se encontrava recebendo INSS por auxílio-doença, e não possui condições financeiras para arcar com o ônus processual, e, REQUERER que lhe seja concedido uma redução no percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC.

Logo, como esse Juiz indeferiu a gratuidade judiciária, a parte autora agora junta documento (copia CTPS) provando sua hipossuficiência financeira e a sua condição de **AGRICULTOR** e de Baixa Renda, e lhe roga que seja concedido a redução no percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias, nos termos do art. 98 do NCPC, abaixo transcrito:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

*...
§ 5º A gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento. (grifos nossos)"*

Desta forma, fica demonstrado a precária situação econômica do requerente, fazendo-se necessária a concessão da Justiça Gratuita, viabilizando o amplo acesso ao Judiciário.

Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

59
23

Diante do exposto, requer o peticionário que Vossa Excelência reconsidere o indeferimento da Justiça Gratuita, e, diante dos documentos ora colacionados, que conceda os beneplácitos da justiça gratuita de forma parcial, lhe concedendo uma redução de percentual de 50% (cinquenta por cento) no montante das custas prévias, conforme dispõe o § 5º do art. 98 do CPC, e, principalmente conforme a nova ferramenta disposta pelo TJPB que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas processuais (Em anexo).

Nesses termos,
Pede deferimento.

Picuí, 13 de maio de 2018.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220



Rua Pedro Salustino de Lima, 47, Empresarial Evanisa Dantas
Sala E, Pedro Salustino - Picuí-PB - CEP: 58187-000
Tel: (83) 3371-2274 / 99912-5490 / 99104-9190 / 99622-3777
Email: nilotdantas@hotmail.com / nelinhoadv@gmail.com



Sem título
AB13 Sistema de Administração de Benefícios - INSS
CAIXA-SIABE Consulta Benefício/Conta

28/11/2017
12:01:32

30
m

Benefício 159673039 8 NIT 0 PREVIDENCIARIO
CPF 014420974 85 Sinônimo 766076 DIRE 5182
Pregão/Lote .: 01 / 23 MR 130054 Tipo MR .: 01
Agência 4916 SR 2641 UF PB
Conta 00000418 8 Dt Abert Cta .: 01/10/2013 Ult Mov .: 09/11/2017
Beneficiário : FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA TP.Benfco:

Dt Disp	Dt Valid	Valor	Liq	St	Id	M	Tp	CS	Esp	Dt Ocor	Compet	Dt Cred	Dt Prest
06/06/17	31/07/17	690,00	RT	046	1	02	01	041	06/06/17	05/17	18/05/17	06/06/17	
06/07/17	31/08/17	690,00	RT	047	1	02	01	041	06/07/17	06/17	20/06/17	06/07/17	
04/08/17	29/09/17	690,00	RT	048	1	02	01	041	07/08/17	07/17	18/07/17	07/08/17	
06/09/17	31/10/17	1.159,00	RT	049	1	02	01	041	06/09/17	08/17	18/08/17	06/09/17	
05/10/17	30/11/17	690,00	RT	050	1	02	01	041	06/10/17	09/17	19/09/17	06/10/17	
07/11/17	29/12/17	690,00	RR	051	1	02	01	041	09/11/17	10/17	19/10/17	09/11/17	

Totais Líquidos:

Disp: 0,00 Bloq: 0,00 Resid(999): 0,00 Geral: 0,00
Entre com Número do Benefício ou CPF ou NIT ou Ag/Conta/DV e Tecle <ENTER>.

ABE N 021 CONSULTA EFETUADA - CONFIRME NOME DO BENEFICIÁRIO
F03=RET F04=MENU F05=HIST F06=REINICIA F07=PREV F08=NEXT F09=CONSULTA F12=FIM F
13=MIGRACAO F14=LIST_CPF F15=BLOQ





PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DA PARAÍBA

INTRANET (/INTRANET)

✉ (HTTP://MAIL.TJPB.JUS.BR/)

≡ MENU

Consulta
Processual

(https://app.tjpb.jus.br/consultas/consulta-processual)

Solicitar
Certidão

(https://app.tjpb.jus.br/solicitacao-certidao)



PJe (/pje)

(https://pje.tjpb.jus.br/certo/paginas/publico/areaPublica.jspx)

Diário da
Justiça

(https://app.tjpb.jus.br/dje/paginas/diario-da-justica.jspx)



Início (/) / Notícias (/noticias)

📅 18/01/2018 - 15h37

🕒 18/01/2018 - 16h10

📁 DITEC (/diretorias/tecnologia-da-informacao/noticias)

TJPB dispõe de nova ferramenta que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas

(https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2017/06/Processo____.jpg) A partir desta sexta-feira (19), as

(https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2017/06/Processo____.jpg)

(https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2017/06/Processo____.jpg)



(https://www.tjpb.jus.br/sites/default/files/noticias/Processo____.jpg)

custas processuais do Poder Judiciário estadual poderão ser emitidas com desconto. Considerando o disposto no § 6º do artigo 98 do Código de Processo Civil, a Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC) criou uma funcionalidade no 'Sistema de Custas Judiciais Online', localizado no lado esquerdo do Portal do Tribunal de Justiça da Paraíba, que possibilita ao juiz conceder descontos nas custas processuais.

A nova opção integra uma das etapas do Projeto Estratégico do Novo Sistema de Recolhimento de Despesas Processuais, que tem como gestor, o membro do Comitê Orçamentário, juiz Alexandre Targino.

A Gerente de Projetos do TJPB, Caroline Leal, destacou a importância da implantação desse novo dispositivo. "Atualmente, 90% dos processos têm a justiça gratuita deferida, sem que haja um controle, por parte do magistrado, de quem realmente pode ou não pagar as custas processuais. Com essa nova ferramenta, ao invés do juiz deferir a gratuidade, ele poderá conceder descontos nas custas processuais sem prejudicar a arrecadação do Fundo Especial do Poder Judiciário e continuar atendendo a situação financeira do jurisdicionado", explicou.



13/08/2018

TJPB dispõe de nova ferramenta que permite ao juiz conceder descontos e parcelamentos nas custas | Tribunal de Justiça da Par...

Caroline Leal observou que, além de permitir descontos e parcelamentos, a ferramenta vai proporcionar um maior controle interno, por parte da Diretoria de Finanças do TJPB, quanto ao número de guias que forem emitidas com desconto. 2/2
3/2

Responsável pelo desenvolvimento tecnológico do projeto, o Gerente de Sistemas do Tribunal, José Teixeira de Carvalho Neto, falou do novo instrumento: "Não se trata especificamente de uma inovação tecnológica, e sim, de uma nova funcionalidade na emissão das custas judiciais. Demos vazão a uma demanda antiga. Conseguimos viabilizar através da tecnologia, indo ao encontro do Novo Código de Processo Civil", explicou.

A princípio, a ferramenta possibilitará, apenas, os descontos, mas, em um segundo momento (previsto para junho deste ano), dentro desse mesmo dispositivo, o juiz poderá conceder, também, o parcelamento das custas processuais.

Clique e veja como funcionará, através do tutorial. (<https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/18.0.2018-Tutorial-Custas-Judiciais.pdf>)


Por Ewerton Correia (estagiário)


18.0.2018 - Tutorial Custas Judiciais (<https://www.tjpb.jus.br/wp-content/uploads/2018/01/18.0.2018-Tutorial-Custas-Judiciais.pdf>)

Compartilhar:  


DICOM

Diretoria de Comunicação Institucional

 imprensatjpb@gmail.com

 (83) 3216-1611

Tribunal de Justiça da Paraíba (<https://www.tjpb.jus.br/>)

 PABX: (83) 3216-1400

 Praça João Pessoa, s/n - CEP 58013-902 - João Pessoa (PB)

Desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação



33/3



ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA
GERÊNCIA DE PROJETOS

TUTORIAL

Despesas processuais com desconto

1. Escolhe "Custas Ocasionais", digite o número do processo, consulte e selecione a opção que retorne os dados referentes ao feito que se pretenda emitir a guia.

A captura de tela mostra a interface do sistema "Custas Judiciais online". No topo, há o logotipo e o nome do sistema, além de links para "Área restrita" e "Entrar". A seção "Área Pública" contém um menu com as opções "Custas Ocasionais" e "Diligências / Parte". Abaixo, há um campo "Número do Processo" preenchido com "08000272020158150231". Uma seção intitulada "Campos Obrigatórios" contém um botão "Consultar". Abaixo disso, há uma tabela com o título "Custas Ocasionais - Dados do Processo".

Número do Processo	Comarca	Competência	Classe Processual
08000272020158150231	Maranguape	1a VARA DE MARANGUAPE	BUSCA E APREENSÃO - CIVIL - 151



34/2

2. Das opções elencadas, marque a opção “Desconto” e clique em calcular:

Custas Ocasiais - Dados do Processo

Número do Processo	Comarca	Competência	Classe Processual
08000272020158150231	Mamanguape	1a. VARA DE MAMANGUAPE	BUSCA E APREENSAO - CIVEL - 121

* Tipo de Costa Ocasional: Reconvênção
Destituição do Benefício da Justiça Gratuita

* Campos Obrigatórios

- Varição no Valor da Causa
- Diligências Despesas Postais
- Assinatura do Presidente ou Vice-Presidente
- Multa
- ☒ Desconto
- Cartas Formais

Calcular

3. Preencha no campo “Valor com desconto” o valor que se vai pagar, conforme autorizado pelo magistrado, e clique em calcular:

Área Pública

Custas Ocasiais

Diligências e Postos

Número do Processo: 08000272020158150231

Comarca: Mamanguape

Classe Processual: BUSCA E APREENSAO - CIVEL - 121

Nome Promovente: RYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A.

Nome Promovido: CARLOS ANDRE SILVA DOS SANTOS

* Valor com desconto: 100,00

* Campos Obrigatórios

Calcular Voltar



4. A tela com o resumo apresentará os dados do processo, o valor da Taxa Judiciária informada na tela anterior, a tarifa bancária e o valor total. Será informado também o valor da UFR vingente. Confira todas informações e clique em "Emitir guia".

Custos Ocasionalis - Resumo

Número do Processo:	08000272020158150231
Classe Processual:	BUSCA E APREENSAO - CIVEL - 181
Comarca:	Mamanguape
Promovido:	AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A.
Promovido:	CARLOS ANDRE SILVA DOS SANTOS
Valor da Causa (R\$):	0,00
Valor das Custas (R\$):	0,00
Valor da Taxa Judiciária (R\$):	100,00
Valor das Despesas Postais (R\$):	0,00
Despesas com Mandados (R\$):	0,00
Tarifa Bancária (R\$):	1,35
Valor Total (R\$):	101,35 (2,05 UFR)
Valor da UFR (Valor Fiscal de Referência):	R\$ 49,47

Emitir Guia Voltar

5. Serão emitidas três vias: "Via Parte", "Via Processo" e "Via Banco". Na "via processo", foi acrescentada a informação acerca do Valor da UFR vingente, bem como a quantas UFR'S equivalem o valor total da guia.

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98		Via Processo Data de Emissão: 17/01/2018 Data de Vencimento: 05/02/2018	
Comarca Mamanguape	Nº do Processo 0800027-20.2015.815.0231	Nº da Guia 023.2018.600001	Conta FEPJA 1618-7/228.039-6
Histórico Tipo de Guia: Guia de Custas Ocasionalis - Desconto Classe Processual: BUSCA E APREENSAO - CIVEL - 181 Promovido: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS S.A. Promovido: CARLOS ANDRE SILVA DOS SANTOS			Custas Judiciais (R\$) 0,00
Valor da Causa: R\$ 0,00			Taxa Judiciária (R\$) 100,00
			Despesas Postais (R\$) 0,00
			Despesas com Mandados (R\$) 0,00
			Tarifa Bancária (R\$) 1,35
Valor Total da Guia: R\$ 101,35 (2,05 UFR)			Valor da UFR: R\$ 49,47
Observação: A distribuição do processo será realizada após a confirmação do pagamento da guia.			
Instruções Pagar nas agências do Banco do Brasil ou Correspondentes Bancários.			Valor Total (R\$) 101,35

OBSERVAÇÃO: Para a opção de parcelamento, deve-se emitir a guia mês a mês, realizar o pagamento e juntar ao processo.



CONCLUSÃO

Concluído nesta data no MM. Juiz -

Dirigia

Data 24 08, 2018

Assinado eletronicamente

Escritório / Escrevente





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ
Vara Única

36

Processo: 0002861-69.2016.815.0271

DECISÃO

Vistos, etc.

1. Indefiro o pedido de reconsideração, posto que apenas cópia da CTPS sem registro de emprego, por si só, não comprova a falta de capacidade econômica para arcar com as custas judiciais, ainda mais quando a parte qualifica-se na exordial como aposentado e deixa de juntar aos autos cópia de contracheque ou extrato bancário com o valor do benefício recebido..

2. Defiro o pedido de redução de 50% por cento do valor das custas, bem como o parcelamento requerido, por aplicação analógica do art. 98, § 6º, do CPC, devendo o pagamento ser feito em 06 (seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, iniciando-se a partir do 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da intimação.

3. Intime-se a parte autora a comparecer no setor de distribuição deste Juízo, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da intimação, a fim de receber a guia de custas com o valor de cada parcela, devendo fazê-lo todo mês, até o pagamento integral do valor calculado pela contadoria.

4. Caso a parte autora não comprove o pagamento das parcelas no prazo assinalado, **certifique-se e faça-se conclusão dos autos.**

5. Caso comprovado nos autos o pagamento da primeira parcela no prazo assinalado, **cite-se o promovido para apresentar contestação**, no prazo de 15 (quinze) dias.

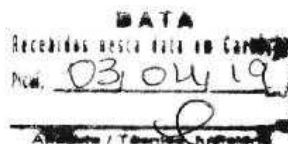
6. Apresentada a contestação, intime-se a parte autora à réplica, no prazo de 15 (quinze) dias.

7. Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Cumpra-se independentemente de novo despacho.

Picuí, 31 de agosto de 2018.

ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA
Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUI**

VARA ÚNICA DE PICUI

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0002861-69.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de **n. 0002861-69.2016.8.15.0271** para o PJe (Processo Judicial Eletrônico) e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 31 de março de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N, Centro, Picuí/PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

EXPEDIENTE DE INTIMAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002861-69.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A

De ordem do MM. Juiz de Direito desta Vara Única, intimo Vossa Excelência de todo o teor do despacho de ID **24676916**, página 37.

Picuí/PB, 31 de março de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário



Segue petição em anexo.





TRIGUEIRO & NOBREGA
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PICUI – ESTADO DA PARAÍBA.

PROCESSO Nº. 0002861-69.2016.815.0271

FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA, já devidamente qualificado nos Autos dessa Ação de Cobrança, Vem, mui respeitosamente a presença de Vossa Excelência, em atendimento ao despacho proferido para o recolhimento das custas judiciais, **o autor requer a juntada do comprovante de pagamento das custas processuais**, bem como **que seja procedida citação da ré, conforme já fora determinado por esse Juízo nos termos do item “5.” do Despacho as páginas 37 do documento id 24676916.**

Nestes Termos,
Pede e espera deferimento.


Picuí – PB, 15 de maio de 2020.

NILO TRIGUEIRO DANTAS
OAB-PB 13.220.



807

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 027.9.20.00151/01
			Data de emissão: 15/05/2020
Nº do Processo: 0002861-69.2016.815.0271	Comarca: Picuí	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2020
Número da guia: 027.2020.600151 Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			UFR vigente: R\$ 51,78
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 77,67 - Taxa Judiciária: R\$ 25,89 - Taxa bancária: R\$ 1,35 Promovente: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 208,47
			Desconto total: R\$ 103,56
866800000014 049109283181 520200531025 792000151011 			Valor final: R\$ 104,91

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 027.9.20.00151/01
			Data de emissão: 15/05/2020
Nº do Processo: 0002861-69.2016.815.0271	Comarca: Picuí	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 31/05/2020
Número da guia: 027.2020.600151 Tipo de Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			UFR vigente: R\$ 51,78
Promovente: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT S/A			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 208,47
			Desconto total: R\$ 103,56
			Valor final: R\$ 104,91





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
VARA ÚNICA DE PICUÍ



PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Nº 0002861-69.2016.8.15.0271

DESPACHO

Vistos, etc.

Deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que o consórcio de seguradoras promovido nunca demonstra interesse em transigir antes de realizada a perícia médica, sendo, portanto, improvável a obtenção da conciliação entre as partes, bem como em função de não existir neste Juízo núcleo de mediação e/ou conciliação.

Sendo assim, em respeito aos princípios da duração razoável do processo e economia processual, **cite-se o promovido** para apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Apresentada a contestação, caso esta seja instruída com documentos e/ou sejam arguidas preliminares ao mérito, **intime-se a parte autora à réplica/impugnação**, no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se **independentemente de novo despacho**.



Picuí, data da assinatura eletrônica.

Anyfrancis Araújo da Silva

Juiz de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE PICUÍ**

VARA ÚNICA DE PICUÍ

Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

MANDADO DE CITAÇÃO

Nº DO PROCESSO: 0002861-69.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

O MM. Juiz de Direito da Vara Única de Picuí, manda que, em cumprimento a este, cite a parte:

Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 Andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ

para apresentar defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do mandado cumprido, sob pena de serem aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte promovente na petição inicial. Segue, abaixo informado, o link para visualização da contrafé (petição inicial).

Picuí/PB, 8 de novembro de 2020.

De ordem, LOURDEMAR VERAS FARES DAVID
Técnico Judiciário

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ (PETIÇÃO INICIAL), ACESSSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam> NO CAMPO "Número do documento" INFORME O

IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

Documentos associados ao processo

Título	Tipo	Chave de acesso**
[VOL 1][Petição Inicial]	Petição Inicial	1909240756110000000023885292
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	20033120464550300000028460750
Ato Ordinatório	Ato Ordinatório	20033120464550300000028460750
Expediente	Expediente	20033120515138800000028460774
Petição	Petição	20051821234904100000029541158
Peticão Juntada Custas Processuais	Outros Documentos	20051821235739300000029541161



Custas Processuais Quitadas	Guias de Recolhimento/ Deposito/ Custas	20051821235937500000029541163
Despacho	Despacho	20102610484565300000033943859

